

✓

21ª REUNIÃO DO CONSLEHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Às quatorze horas e trinta minutos do dia treze de abril de dois mil, no Salão Portinari do Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sob a presidência de Carlos Henrique Heck, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Presentes o Ministro de Estado da Cultura, Francisco Weffort, e os Conselheiros Angela Gutierrez, Angelo Oswaldo de Araújo Santos, Italo Campofiorito, Ivete Alves do Sacramento, Joaquim de Arruda Falcão Neto, Lúcio Alcântara, Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès, Luiz Viana Queiroz, Marcos Vinícios Vilaça, Nestor Goulart Reis Filho, Raul Jean Louis Henry Júnior - representantes da sociedade civil -, Carlos Alberto Cerqueira Lemos - representante do Instituto de Arquitetos do Brasil -, Luiz Fernando Dias Duarte - representante do Museu Nacional - e Suzanna do Amaral Cruz Sampaio - representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Arno Wehling, Augusto Carlos da Silva Telles, Paulo Bertran Wirth Chaibub, Paulo Roberto Chaves Fernandes, Synésio Scofano Fernandes, Thomaz Jorge Farkas - representantes da sociedade civil - e José Silva Quintas - representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. O Ministro Weffort abriu a sessão com o seguinte pronunciamento: "Registro a presença dos novos Conselheiros e Conselheiras, que vamos empossar neste momento, e de autoridades do Município de Aracati. Estão aqui conosco o Dr. José Hamilton Saraiva Barbosa, Prefeito Municipal, a Sra. Regina Cardoso, primeira dama do Município e Secretária de Ação Social, o Sr. José Correia, Secretário de Cultura, e o Sr. Marivaldo Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal. Nós agradecemos a presença do Prefeito e da comitiva, assim como dos colegas e amigos que

assistem a esta reunião. A minha presença se explica, nesta oportunidade, de um lado para registrar um agradecimento e, de outro lado, para empossar os novos membros do Conselho. Tenho um tempo muito curto de permanência e, a seguir, passo a presidência ao Presidente Carlos Henrique Heck que, como de hábito e de acordo com as regras, dirigirá a reunião do Conselho. Quero, em primeiro lugar, solicitar registro, em ata, do agradecimento do Ministério da Cultura ao Sr. Gilberto Ferrez, ao Dr. José Mindlin, à Dra. Maria Beltrão, à Sra. Maria do Carmo Nabuco, ao Contra-Almirante Max Justo Guedes, ao Dr. Modesto Carvalhosa e ao Dr. Roberto Cavalcanti de Albuquerque, que deram uma contribuição extremamente valiosa ao funcionamento do Conselho e, através do Conselho, ao debate e à definição de perspectivas para uma política de cultura na área do Patrimônio. Registro este agradecimento com muita sinceridade porque o Conselho é um órgão de participação voluntária, no qual aqueles que aqui tomam assento exercem uma função pública por convicção, por princípios, em homenagem às idéias que têm a respeito do país e do desenvolvimento da sua cultura. Este é o tipo de instituição que está distante de qualquer outra comissão técnica de caráter burocrático, das quais existem muitas dentro da estrutura administrativa, como aliás é necessário que existam. Mas este Conselho, particularmente, tem uma tradição criada por um estilo de convivência e por uma linha de conduta inspirada na convicção de cada um em relação ao significado do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para o desenvolvimento de uma política de cultura no Brasil. De sorte que, no meu entendimento como cidadão, eu consideraria uma honra integrá-lo na qualidade de Conselheiro, e, como Ministro, devo reconhecê-lo como um momento de alta expressão de cidadania. Porque cada um vem aqui identificado com uma concepção do desenvolvimento da cultura no país, ajudando a definir os horizontes da nossa política cultural. Portanto, o meu agradecimento aos Conselheiros que terminaram o seu período e que aqui deixaram o registro, em nossos arquivos, em nossas atas, nas decisões já tomadas, da sua convicção nacional, da sua convicção patriótica. Depois desse agradecimento, gostaria de fazer o encaminhamento da posse dos novos

Conselheiros que, pela Portaria nº 91, de 16 de março deste ano, foram designados para compor o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, na qualidade de representantes da sociedade civil. Alguns não puderam comparecer nesta oportunidade e nos apresentaram explicações, que mencionarei. O Dr. Luiz Viana Queiroz é advogado, Professor da Faculdade de Educação da Universidade Católica do Salvador, Bahia, Procurador da Procuradoria Geral do Estado da Bahia. A Dra. Ivete Alves do Sacramento é Professora de Português e de Literatura da Língua Portuguesa, Reitora da Universidade do Estado da Bahia, Presidente do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade do Estado da Bahia. Bem-vinda Professora Ivete ao nosso trabalho. O Dr. Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès é engenheiro civil, Diretor do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural do Maranhão, Prêmio Rodrigo de Melo Franco de Andrade na categoria Inventário de Acervos pelo projeto *Embarcações do Maranhão*, Coordenador do projeto *São Luís Patrimônio Mundial* para a preparação do *dossier* destinado a fundamentar o pedido da inscrição da cidade na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, objetivo que, aliás, foi plena e brilhantemente conseguido. O Senador Lúcio Alcântara, que deverá chegar com algum atraso, é médico, Senador da República, Professor Adjunto do Departamento de Saúde Comunitária do Centro de Ciências de Saúde da Universidade Federal do Ceará. No Senado da República, é uma das figuras mais engajadas nas questões da cultura de um modo geral, em particular nas que dizem respeito ao patrimônio histórico. O Dr. Paulo Bertran Wirth Chaibub, ausente por razões de saúde, é economista, historiador, poeta, ex-Professor da Universidade de Brasília e da Universidade de Goiás. O General-de-Divisão Synésio Scofano Fernandes nos mandou uma carta explicando a impossibilidade do seu comparecimento nesta reunião, com os seguintes termos: *‘Excelentíssimo Senhor Ministro Weffort. Agradeço à Vossa Excelência a honra de poder participar dos trabalhos do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, entidade que vem emprestando à*

cultura e ao Brasil as mais relevantes contribuições. Infelizmente obrigações funcionais exigem minha permanência em Brasília neste dia 13 de abril, motivo que lamentavelmente impede meu comparecimento à Reunião do Conselho Consultivo, a realizar-se no Rio de Janeiro. Cordialmente, General-de-Divisão Synésio Scofano Fernandes” O General Synésio é Diretor de Assuntos Culturais do Exército e Presidente da Fundação Cultural do Exército, recentemente criada pelo Exército Brasileiro com participação de militares e de civis, é também uma figura do maior empenho em questões de natureza cultural. Essa Fundação fez convite expresso para que o IPHAN tivesse representante em seu conselho técnico. Consideramos, então, empossados os novos membros do Conselho. Antes de pedir licença para me retirar, agradeço o presente - não apenas saboroso, como altamente honroso e com enorme significado do ponto de vista cultural - da Professora Angela Gutierrez, criadora de museus em Minas Gerais, que me fez a enorme gentileza de trazer da sua terra uma goiabada, com a peculiaridade de ser uma das melhores goiabadas de Minas, feita pela Senhora sua Mãe. Houve um Ministro da Cultura que foi injustamente criticado na imprensa brasileira por querer criar a cultura da broa de milho. Então, seguindo o nosso Professor, ex-Ministro, também de Minas, digo que vou fazer a cultura da goiabada, com inspiração da Ângela Gutierrez. Muito obrigado.” Assumindo a condução dos trabalhos, o Presidente fez o seguinte pronunciamento: “Faço das palavras do Ministro a saudação da Presidência do IPHAN aos novos Conselheiros e o agradecimento aos especialistas que deixaram o Conselho Consultivo, por sua contribuição para a preservação do nosso patrimônio cultural. Consta da pauta o item COMUNICAÇÕES, que tenho intenção de tornar uma rotina, para informar os Senhores Conselheiros sobre determinadas atividades da Diretoria Colegiada, entre uma sessão e outra. Inicialmente, venho informá-los que nomeei para dirigir o Departamento de Promoção o Dr. Sérgio Souza Lima que, anteriormente, estava atuando no IPHAN como Superintendente da 9ª Regional, em São Paulo. O Dr. Sérgio Souza Lima é arquiteto, trabalhou em planejamento urbano, é filósofo, é um dos fundadores da

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Brasília, junto com alguns colegas que participam do nosso Conselho. Seu conhecimento a respeito das questões culturais, da produção e do pensamento cultural brasileiro dará ao Departamento de Promoção um novo *élan* nas articulações que desejamos fazer com universidades e fundações culturais, em nível nacional e internacional. Eu gostaria de relatar aos Senhores Conselheiros medidas adotadas em nossa gestão, a partir do mês de setembro do ano passado. Quando viajei pelo Brasil para visitar as Superintendências verifiquei que o Forte de São Marcelo, em Salvador, propriedade pública sob a responsabilidade administrativa do IPHAN, estava abandonado. Havia sido restaurado, há mais de 10 anos, para instalação de um museu ligado à Marinha, através de um convênio firmado entre o Ministério da Marinha e o Ministério da Cultura, que não se efetivou. Constatei a degradação do local, guardado apenas por um pescador chamado José de Jesus. Sensibilizado com a situação, fiz contatos com representantes da Prefeitura, do Governo do Estado, com a sociedade organizada e com empresários da área de turismo para salvar o Forte de São Marcelo. Fizemos a sua abertura simbólica no dia 24 de março. Hoje, José de Jesus é funcionário do IPHAN, registrado, com salário, encarregado de zelar pelo Forte até a conclusão dos nossos entendimentos com o Coronel Leite, responsável pelas fortalezas situadas na costa da Bahia e Presidente da ABRAF. Já conversamos com o General Synésio sobre essa questão e vamos assinar um protocolo de intenções mediante o qual a ABRAF e o IPHAN ficarão incumbidos da administração do Forte. Vamos abri-lo ao público após analisar as sugestões para o seu uso, ouvindo personalidades ligadas ao patrimônio municipal e estadual. A idéia é instalar ali uma pequena exposição sobre arqueologia marítima, na coroa central, com um grande aquário reproduzindo o do fundo do mar, e um restaurante típico, semelhante aos existentes no Pelourinho. Isto nos levou a pensar em outros monumentos tombados que têm importância nacional e internacional, como as Missões, a Ponte Hercílio Luz, a Pampulha e o Forte Príncipe da Beira. Pretendemos restaurar a Casa Modernista, para

torná-la sede da 9ª SR/IPHAN. São Paulo não tem uma sede digna, apesar de ter contribuído para o surgimento do IPHAN com o anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, em 1936. Acho importante informar aos Senhores Conselheiros da audiência que tivemos, o Secretário do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas e o Presidente do IPHAN, com o Ministro Aloysio Nunes Ferreira, da Casa Civil, para entregar o projeto relativo ao Patrimônio Imaterial. O Ministro, após examinar a proposta, considerou-a um resgate de aspectos importantes da cultura brasileira. Gostaria também que ficasse registrado na ata desta sessão um elogio à exposição organizada pelo Professor Nestor Goulart, nosso Conselheiro, denominada *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, da qual resultou um catálogo de grande porte. Prosseguindo, o Presidente passou a palavra à Diretora do Departamento de Proteção, Louise Ritzel, para os seguintes informes: “Senhores Conselheiros, boa tarde. Em primeiro lugar eu gostaria de cumprimentar os novos Conselheiros e colocar à disposição de todos a equipe do Departamento de Proteção do IPHAN, que é a equipe que tem como uma de suas atribuições coordenar os estudos e a instrução dos processos de tombamento para deliberação deste Conselho. O Departamento de Proteção tem em sua estrutura duas Coordenações, a de Proteção e a de Conservação, que tratam, respectivamente, dos estudos de acautelamento de bens culturais e proteção de bens arqueológicos em nível federal, e da manutenção desses bens, enquanto testemunhos da cultura nacional. Eu considero oportuno também, neste momento, apresentar a todos a nova Coordenadora de Proteção, a Senhora Emília Stenzel, que é formada em Arquitetura e Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tem especialização em arquitetura, pela UFRGS, e está finalizando seu mestrado em Teoria da Arquitetura na Universidade de Brasília; trabalhou como arquiteta em Berlim, de 1989 a 1997 e, posteriormente, como assessora cultural do Instituto Goethe; foi Coordenadora de Intercâmbio do IPHAN até o início deste ano, quando veio compor a equipe do Departamento de Proteção como Coordenadora de Proteção. Dos esclarecimentos que desejo apresentar aos novos

membros do Conselho, considero particularmente importante detalhar a tramitação dos processos de tombamento. Eles são formados a partir de solicitações contendo justificativas para um tombamento em nível federal e têm uma primeira apreciação pela Superintendência Regional do IPHAN, a Superintendência afeta ao local aonde o bem se encontra. Posteriormente o processo passa pela apreciação do Departamento de Proteção. Essas apreciações, esses estudos técnicos são feitos de forma bastante aprofundada pelas equipes, tanto das Superintendências quanto do Departamento de Proteção, e quando há um parecer favorável do Departamento de Proteção, eles são encaminhados para apreciação do Conselho. No ano anterior conseguimos finalizar dentro do IPHAN, de uma forma recorde até hoje, 44 processos de tombamento. Vários desses processos estavam em tramitação há mais de 20 anos e a maioria teve como indicação o arquivamento. Dá-se seguimento, assim, ao projeto de conclusão de processos sobrestados, que são os processos que tiveram seu andamento interrompido no passado. Alguns estão há bastante tempo dentro da instituição. Estamos fazendo o estudo desses processos sobrestados simultaneamente com a análise dos mais recentes, para podermos cumulativamente encerrar as pendências antigas e nos dedicarmos, exclusivamente, ao exame dos processos novos. O Departamento está estruturado para isso junto com as Superintendências. No ano anterior nos dedicamos mais aos processos abertos até os anos 60, e neste ano nós vamos continuar esse trabalho para depois incluirmos as décadas seguintes, pois o projeto está sendo desenvolvido, como observei antes, de modo conjunto com os estudos de acautelamento mais recentes. Senhor Presidente, estas eram as questões que eu gostaria de expor para os novos Conselheiros e para os que nos acompanham há mais tempo. Muito obrigada.” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Dr. Sérgio Souza Lima, recentemente designado Diretor do Departamento de Promoção, para expor os seguintes projetos: “Realmente, é muito pouco tempo, mas existem algumas intenções, alguns objetivos, que se referem à história do Patrimônio nesses últimos 60 anos. Pensar criticamente a questão da cultura, do patrimônio cultural,

da sua promoção, das questões afetas ao Departamento de Promoção, que se referem muito mais a um processo de Educação Patrimonial. É da nossa intenção, como foi dito, articular o Patrimônio, articular as Superintendências com os diferentes sistemas regionais de produção cultural – museus, universidades – em um processo integrado de promoção e de educação patrimonial. Nessa fase, achamos também que o uso do bem tombado é fundamental para a construção de uma consciência patrimonial. Nós estamos começando a pensar em elaborar roteiros de bens tombados, articulando diferentes sítios históricos, em nível regional, para construção daquilo que o Ministro Francisco Weffort chama de consciência cidadã, consciência de cidadania da população, incorporação de novos setores da população. A visão do Professor Weffort é ampla, no sentido de incorporar, inclusive, os movimentos populares mais recentes. Em seu último livro, ele faz considerações sobre o Movimento dos Sem-Terra, considerando-o uma forma de participação de setores e segmentos da sociedade civil na luta pela sua cidadania. Então, há uma intenção nossa de incorporar ao patrimônio cultural brasileiro essas manifestações extremamente criativas. É essa a idéia, bem aberta, que estamos realmente começando a estudar. Não fizemos ainda uma reunião com os demais diretores no sentido de definir as nossas articulações. Iniciamos com o nosso Presidente, de quem esperamos também uma orientação para isso. Muito obrigado.” O Presidente agradeceu e, na ausência da Diretora do Departamento de Identificação e Documentação, Célia Maria Corsino, retida em Porto Seguro para supervisionar as providências relativas às comemorações dos 500 anos do Descobrimento, relacionou, para registro em ata, as seguintes realizações do citado Departamento: “Instalação do Museu de Porto Seguro, na Casa de Câmara e Cadeia; instalação do Museu de Arte Sacra, na Igreja da Misericórdia de Porto Seguro; restauração da Casa de Câmara e Cadeia de Santa Cruz de Cabrália; pesquisa arqueológica na cidade alta de Santa Cruz de Cabrália, que tem vestígios construtivos de uma das primeiras igrejas do Brasil; organização de uma exposição temporária na Casa de Câmara e Cadeia de Santa Cruz de

Cabrália, sobre a História do Brasil; urbanização e tratamento paisagístico da Praça da Matriz de Santa Cruz de Cabrália, em articulação com o Governo do Estado; restauração da Igreja do Divino Espírito Santo, no distrito de Vale Verde; restauração do Santuário de Nossa Senhora da Ajuda; construção do Conjunto Cultural Pataxó, uma atividade importantíssima relacionada ao território indígena no Parque do Descobrimento; organização do Museu da Coroa Vermelha, que é uma extensão do Museu do Índio, do Rio de Janeiro; e sinalização de todos os monumentos tombados no núcleo histórico da área do MADE - Museu Aberto do Descobrimento.” Prosseguindo, o Presidente passou a palavra à Diretora de Planejamento e Administração, Maria da Glória Lopes Pereira, para apresentar as seguintes informações: “Boa tarde a todos. Bem-vindos os novos Conselheiros. Eu dirijo o Departamento de Planejamento e Administração, que é órgão seccional, ou seja, da área meio. Coordenamos as áreas de Recursos Humanos, Administração, Planejamento, Orçamento e Informática. Está em curso no Departamento, prioritariamente, o Projeto de Reformulação e Reestruturação do IPHAN, formulado para dotá-lo de uma estrutura compatível com suas responsabilidades e atribuições. Outra responsabilidade nossa é aumentar os recursos do IPHAN onde, para a área fim, dispomos de um orçamento de R\$ 10 milhões, quando existe uma demanda mínima de R\$ 30 milhões. É um trabalho que devemos iniciar agora. Obrigada.” Em seguida, a Conselheira Suzanna Sampaio pediu a palavra para associar-se aos agradecimentos do Ministro da Cultura e do Presidente do IPHAN aos Conselheiros que deixaram recentemente o Colegiado, no qual foram sempre intemoratos na defesa do patrimônio do país e levantaram bem alto o nome do IPHAN, sendo portanto merecedores de gratidão e de louvor. Saudou o Conselheiro Modesto Souza Barros Carvalhosa, seu conterrâneo, e, em nome dele, todos os outros denodados Conselheiros: Gilberto João Carlos Ferrez, José Ephim Mindlin, Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão, Maria do Carmo de Mello Franco Nabuco, Max Justo Guedes e Roberto Cavalcanti de Albuquerque. O Presidente cumprimentou a Conselheira pela homenagem e observou que o término dos

mandatos não significa o afastamento desses especialistas, aos quais recorrerá quando necessário. O Conselheiro Luiz Viana Queiroz pediu a palavra para a seguinte intervenção: “Senhor Presidente, Senhores Conselheiros. Desejo agradecer a indicação do Ministro para participar deste Conselho e afirmar que considero essa oportunidade como a renovação de um compromisso que fiz, ainda estudante de Direito e estagiário do Patrimônio Histórico, no qual acabei atuando como advogado, como assistente jurídico e, ao final, como Diretor da Regional da Bahia. Gostaria de acrescentar que, além das qualidades formais indicadas no resumo do meu currículo, acredito que a minha presença aqui se dá por uma qualidade informal, uma doença que adquiri no Patrimônio: a paixão pela defesa das coisas da cultura. Cumprimento o Presidente por suas atitudes em relação ao Forte do Mar, em Salvador, no ano em que estamos comemorando os 500 anos do Descobrimento. Se Porto Seguro é o berço, o Forte do Mar é o umbigo do Brasil, e não poderia ficar abandonado. Aproveito a oportunidade para pedir ao Presidente cópia do projeto do decreto que vai regulamentar o Patrimônio Imaterial, já encaminhado à Presidência da República, e finalmente sugerir ao Conselho uma reflexão sobre o tombamento de Porto Seguro, que abrange todo o Município por decreto presidencial. Em verdade, deveríamos limitar a nossa atuação - e foi assim que vi a questão quando fui diretor do Patrimônio na Bahia - às áreas históricas propriamente ditas. Então, proponho a Vossa Excelência o exame dessa questão. O Presidente agradeceu, informou que a rerratificação do tombamento do **Conjunto Arquitônico e Paisagístico no Município de Porto Seguro** fora aprovada na 19ª Reunião do Conselho Consultivo, em 7 de outubro de 1999. O Conselheiro Nestor Goulart pediu a palavra para as seguintes observações: “Gostaria, secundando as palavras do nosso Presidente, de esclarecer que não apenas fizemos o livro, mas também uma coleção de *posters*, um *cd rom*, que reproduz o livro, e montagens em papelão. São cinco mil coleções para serem doadas aos estados. Mas está havendo uma certa dificuldade na distribuição. Ficamos acertados com Pernambuco, estamos em

entendimentos com Minas Gerais, mas permanecemos preocupados em obter apoio a fim de que essa distribuição alcance as principais regiões do país. Então, gostaria muito de obter o apoio dos Conselheiros para garantir que essas cinco mil coleções sejam bem usadas nas áreas culturais e educacionais dos nossos estados”. Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Lúcio Alcântara para o seguinte pronunciamento: “Antes de mais nada quero tranqüilizar a todos que não vou fazer nenhum discurso. Apenas quero, em primeiro lugar, pedir desculpas pelo atraso, que se deveu a problemas de vôo, e me levou a cometer essa indelicadeza. Em segundo, dizer que me sinto extremamente honrado com o convite do Ministro Weffort para participar deste Conselho e, evidentemente, assegurar que farei o melhor que puder para não decepcionar os que confiaram em mim, trazendo a minha modesta contribuição. O destino pregou-me duas peças. Uma, que me fez cometer essa indelicadeza de chegar atrasado, e a outra, de que nesta reunião em que estou sendo empossando, talvez venha a ser aprovado o tombamento da Cidade de Aracati, no Ceará, pelo qual muito me empenhei. Quero cumprimentar o Prefeito Municipal, Dr. José Hamilton, toda a comunidade presente, o arquiteto Romeu Duarte, responsável pela Superintendência do IPHAN no Ceará. Isso realmente muito me alegra, era algo que se buscava há muito tempo. Trata-se de uma das cidades mais tradicionais do Ceará e o tombamento do seu centro arquitetônico e paisagístico, certamente, vai desencadear um novo impulso no sentido de se preservar o patrimônio que ainda existe naquela cidade. Não poderia, no momento em que estou tomando posse neste Conselho, deixar de fazer uma referência - que é muito importante para mim, do ponto de vista sentimental e cultural - à figura de um arquiteto cearense, o Professor Liberal de Castro. Na verdade, acho que ele merecia estar neste lugar. Acontece que há certas honrarias intransferíveis. O convidado fui eu, e portanto deveria dizer sim ou não ao Ministro. Estando sentado aqui, de certa maneira é ele quem está neste lugar. Queria fazer esse registro. Sei que muitos o conhecem, o admiram e sabem dos laços que ele tem, profundos e estreitos, com o IPHAN. Então, de alguma maneira, é ele que está

sentado nesta cadeira e eu vou fazer tudo para honrar aquilo que fez por mim ao despertar o amor, o interesse por tantas áreas da cultura, inclusive essa do Patrimônio Histórico. É evidente que farei aqui um aprendizado, para o qual espero contar com a tolerância dos técnicos que conhecem mais profundamente a questão. Mas vejo no convite do Ministro o desejo de abrir um pouco mais o Conselho à participação de pessoas que têm outros tipos de vínculo com a comunidade e que possam, talvez, trazer-lhe algum proveito. Espero não frustrar essa expectativa. Pelo menos quanto ao clima, estou muito bem acomodado nesta reunião, como se estivesse no Ceará. Muito obrigado.” O Presidente agradeceu e passou a palavra à Conselheira Ivete Alves do Sacramento para a seguinte manifestação: “Senhor Presidente, Senhores Conselheiros. Prometi a mim mesma que, nesta primeira reunião, não iria falar, iria apenas ouvir. Mas é difícil ficar calada no momento em que me encontro diante de pessoas que aprendi de longe a ouvir, a ler e a respeitar. Estou muito honrada em fazer parte deste Conselho e agradeço muito ao Ministro e ao nosso Presidente este convite, para mim um momento de resgate do meu civismo, como brasileira. Muito obrigada.” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Angelo Oswaldo para relatar Processo nº 969-T-78, sobre a proposta de tombamento do **Conjunto Arquitetônico e Paisagístico na Cidade de Aracati**, Município de Aracati, CE, cujas palavras vêm transcritas a seguir: Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, Senhor Prefeito de Aracati e autoridades do Município que se fazem presentes, Senhor Superintendente Regional do IPHAN no Ceará, Senhoras e Senhores funcionários do IPHAN. Em primeiro lugar, gostaria também de fazer uma saudação aos companheiros que deixaram o Conselho e, para acompanhar a Conselheira Suzanna Sampaio, eu, como mineiro, também elejo o Conselheiro Modesto Carvalhosa para nele, nas suas qualidades, na sua luta e no seu compromisso, saudar todos os demais que deixaram o nosso Conselho. Fico muito feliz ao ver que não perdemos a batalha, porque os novos Conselheiros são, na verdade, pessoas comprometidas com a questão do Patrimônio Cultural. Lembro-me do Dr. Luiz Phelipe Andrès lutando pelo projeto *Praia*

Grande, em São Luís do Maranhão, do Dr. Luís Viana Queiroz colocando a sua vontade de atuar, toda a sua coragem de jovem advogado a serviço do IPHAN, na Bahia. Recebi, como Prefeito de Ouro Preto, a visita do Senador Lúcio Alcântara, ex-Prefeito de Fortaleza, interessado nas questões do patrimônio, da preservação de áreas urbanas. Conversamos muito sobre isso e ficamos, depois desse grato encontro em Ouro Preto, sempre trocando correspondência. Saúdo a Reitora da Universidade do Estado da Bahia, pelo seu compromisso com as questões patrimoniais. Tenho certeza que estaremos nessa frente de luta. Queria me congratular com o Ministro da Cultura e o Presidente do IPHAN pela escolha dos novos Conselheiros. Passo a relatar, agora, a proposta de tombamento contida no Processo nº 969-T-78. Senhor Presidente, senhores Conselheiros. O tombamento do conjunto urbanístico e arquitetônico de Aracati, Estado do Ceará, deve concluir, no campo das medidas legais atinentes à proteção de bens culturais do gênero, uma longa e morosa operação no sentido de tornar realidade a necessária providência, com relação às mais significativas cidades históricas cearenses. Reclamada com insistência já no início da década de 70, a iniciativa demorou, ao que parece, por uma série de impossibilidades que se acumularam sobre as tarefas do IPHAN, tanto no âmbito regional quanto na direção nacional. Tendo sido eu o Relator dos processos de Icó e Sobral, o Presidente do IPHAN teve a deferência de reservar-me o privilégio de arrematar a missão. Cumpro, assim, o dever prazeroso de propor aos ilustres Conselheiros, após análise do processo, o tombamento de Aracati, a exemplo do que fizemos com aquelas duas cidades. Cumpre ressaltar o receio que envolve tal tipo de iniciativa. Não poucos dirigentes e técnicos do IPHAN se demonstram sempre cautelosos à vista do vulto das áreas oferecidas à proteção legal, da mesma forma que as comunidades visadas, seus representantes e expressões estaduais se revelam apreensivos diante de perspectivas de restrição ao direito de propriedade, comumente considerado intocável, graças a preconceitos típicos de nossa civilização. O fato é que somente agora chegam ao Conselho processos esquecidos em gavetas e prateleiras, resultado de um

esforço especial da superintendência do IPHAN no Ceará em resposta às demandas explicitadas pelas próprias cidades, através de suas mais legítimas representações. Aqui aportam exatamente quando algumas vozes voltam a questionar o instituto do tombamento e a missão deste Conselho, bem como o sentido do IPHAN no contexto do Ministério da Cultura e do desempenho do Estado brasileiro. É louvável que, após as cidades de Icó e Sobral, possa o Conselho examinar o caso do conjunto urbano de Aracati, de maneira a confirmar, com o presente processo, último da trilogia, a importância superior do tombamento como meio de assegurar a proteção de um sítio histórico - não único instrumento, porém medida indispensável à salvaguarda do bem e a sua adequada conservação. O tombamento não pretende imobilizar e asfixiar uma cidade, nem retirar-lhe vitalidade ou dinamismo. Trata-se de ato disciplinador, que visa proteger, conservar e valorizar um espaço urbano detentor de características históricas, artísticas e ambientais. Sendo tombamento federal, praticado por este Conselho, acatado e respeitado, mesmo nos trechos em que o Brasil esteve sob regime de exceção político-institucional, encontrar-se-ão as comunidades e administrações municipais estimuladas pela solidariedade nacional, certas de que o País se integra ao esforço dos cidadãos locais em benefício da cultura brasileira. Modernamente, há até mesmo vantagens para os proprietários de bens tombados, com base nas leis de incentivo à cultura ou legislações específicas. Em Minas Gerais, municípios que dispõem de conselhos de patrimônio cultural, bens tombados e uma política de conservação de bens culturais percebem uma cota extra de ICMS, definida em pontuação estabelecida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, IEPHA-MG, e apresentada, anualmente, à Secretaria de Estado da Fazenda. Quando se diz que o tombamento não é o único instrumento de proteção, naturalmente deve-se entender, no plano federal, que o IPHAN haverá de cumprir, com eficiência, destreza e sensibilidade, o elenco de tantas outras tarefas ditadas por uma política pública de patrimônio cultural, definidas com clareza e objetividade pelo programa de cultura do Governo da União. De fato, não basta tomar. Mas tampouco basta brandir tal afirmativa

em favor de interesses nunca transparentes. Fiquemos, portanto, com o tombamento, tal como conceituado por Rodrigo Melo Franco de Andrade e Lucio Costa, praticado inovadoramente por Aloisio Magalhães e aqui mesmo ensinado pelo mestre Augusto Silva Telles, autor do parecer datado de 25 de outubro de 1974, plenamente favorável ao estudo do caso de Aracati, documento relevante que abre o processo 969-T-78. Ao cabo de 26 anos, temos um belo estudo elaborado pelo Departamento de Proteção do IPHAN, somando a colaboração das diretoras Célia Corsino e Cláudia Girão Barroso, da arquiteta Márcia Sant'Anna e da museóloga Glaucia Côrtes Abreu, bem como o competente esforço da 4ª Superintendência Regional, com destaque para as contribuições do arquiteto Romeu Duarte Junior, seu dedicado titular, e da arquiteta Célia Perdigão Coutinho. A antiga Vila de Santa Cruz de Aracati do Porto dos Barcos mantém, assim como Icó e Sobral, características do século XVIII no traçado urbano e no repertório arquitetônico, inscrevendo-se em sítio natural de rara beleza. Icó e Aracati uniram-se no Ciclo do Couro, ligadas à bacia do Rio Jaguaribe, na região oriental do Estado. Localiza-se a primeira junto a um afluente, o Rio Salgado, na parte central do Ceará. Quarta vila criada na Capitania, Aracati nasceu sobre um plano reticulado, estendido na margem direita do Jaguaribe e nas proximidades de sua foz. Aracati foi 'populosa e florescente' na aurora da Independência, em virtude do seu porto - o Porto do Fortim, não longe da cidade - muito ativo, à vista da navegação de barcos no Rio Jaguaribe. Recolhia-se o gado em Icó para ser levado a pé até Aracati, onde era carneado e charqueado para exportação pelo porto. Imensas dunas emolduram a paisagem urbana. Entre essas montanhas de areia, que suspendem o horizonte alvo e resplandecente, e as águas do Jaguaribe, desenha-se a cidade, com suas torres e coqueiros. Igrejas e algumas casas nobres, que evocam os faustos do tempo antigo, com seus azulejos e pinhas, justificam o interesse do País pelo patrimônio que ali se enriquece de formas, cores e materiais dignos de admiração. O arquiteto Liberal de Castro, notável estudioso das questões do patrimônio, afirma ser Aracati a mais impressionante implantação urbana do Ceará colonial. Especialistas portugueses acabam de promover

novo estudo sobre a cidade, sublinhando precisamente o desenho urbano, com a rua grande, a rua do comércio e a rua de serviços, além do Rocio que se espraia, generoso, em frente à igreja matriz. Apesar de decorrido um quarto de século entre a recomendação de Augusto Silva Telles e a apreciação da matéria pelo Conselho do IPHAN, Aracati não perdeu, no extenso trecho de espera, o caráter de cidade histórica e os indicativos de que merece, a exemplo de Icó, o tombamento federal. Na verdade, conserva-os de modo tão considerável que o tombamento se mostra hoje imprescindível, a fim de que as alterações em curso na vida cearense tenham como se harmonizar, planejada e disciplinadamente, com a integridade e autenticidade da área demarcada. Certos problemas evidentemente surgiram no entretempo e se agravam à medida que mudanças sócio-econômicas e culturais cumprem o rito inexorável da transformação dos usos e costumes, conforme se verifica, muita vez lamentavelmente, em todos os pontos do Brasil. Em Aracati, um ponto crítico parece estar no Carnaval. Trepidantes desfiles de trios elétricos abalam as casas históricas, emaranham-se na fiação aérea, desafiam a dimensão da caixa das ruas centrais, herdeiras da retícula colonial, assombram a Casa de Câmara e Cadeia. Às vésperas do término do estudo sobre o tombamento, o Carnaval tinha ritmo de apocalipse, para os técnicos e autoridades do setor cultural, com seus leviatãs elétricos zoando na noite. Por certo, a honra, o prestígio e a emoção de figurar no patrimônio cultural dos brasileiros devem sensibilizar a população e os agentes políticos de Aracati, a quem peço licença para uma sugestão: que um animado Carnaval temporão, comemorativo do tombamento federal, já possa indicar um novo roteiro para os trios, deixando a Rua Coronel Alexanzito, a Praça Doutor Leite e a Praça da Independência bem longe do infernal cortejo e mais perto do coração cearense. Belo Horizonte, 11 de abril de 2000. Angelo Oswaldo de Araújo Santos. Conselheiro Relator.” O Presidente agradeceu, cumprimentou o Conselheiro Angelo Oswaldo pela alta qualidade do seu relatório e concedeu a palavra à Conselheira Suzanna Sampaio para a seguinte intervenção: “Eu quero falar em favor do tombamento do Centro Histórico de Aracati e somente pontuar que um estudo com a

chancela de José Liberal de Castro, nosso querido companheiro do ICOMOS, já exaltado anteriormente pelo Senador Lúcio Alcântara, bastaria para recomendar o tombamento, não fora o belíssimo parecer de Angelo Oswaldo. E quero ainda apoiar a sábia sugestão do Conselheiro Angelo Oswaldo de olharmos o Carnaval, essa festa tão brasileira, que pode se tornar tão selvagem muitas vezes. Em Diamantina e em outras cidades está ocorrendo um problema muito sério, porque elas têm um âmbito, uma passagem, uma largura de ruas, uma escala muito pequena para essa movimentação espantosa que é a dos trios elétricos, verdadeiros leviatãs, disse muito bem Angelo Oswaldo. Considero conveniente incluir em pauta de reunião técnica do Conselho Consultivo estudos sobre os efeitos do Carnaval e, talvez, alternativas para a sua realização em áreas adequadas. São Paulo, que não tem mais um patrimônio tão bonito, mesmo assim o levou para uma zona periférica, mais afastada, que não atormenta a vida dos cidadãos e nem atrapalha a frágil construção do nosso patrimônio, muitas vezes ameaçado. Obrigada.” O Conselheiro Joaquim Falcão pediu a palavra para a seguinte manifestação: “Eu quero fazer uma proposta de despesa, mas é uma despesa que vale a pena. Proponho que, pelo menos para o Relator de cada processo, haja recursos que possibilitem sua ida ao local onde está situado o bem proposto para tombamento. O nosso Angelo está aqui com esta angústia do Carnaval, mas se ele fosse lá, poderia ter idéias mais criativas, sentir um pouco da cidade”. O Presidente concordou, observando que o IPHAN sempre atende os Conselheiros Relatores que fazem essa solicitação. O Conselheiro Angelo Oswaldo pediu a palavra para apresentar os seguintes esclarecimentos: “Senhor Presidente, normalmente, quando me cabe relatar um processo, procuro sempre dialogar com a Superintendência Regional onde se localiza o bem a ser tombado. E foi o que fiz. Conversando com o Dr. Romeu e os técnicos da 4ª SR/IPHAN, verifiquei que havia essa questão do Carnaval, preocupação e objeto de reuniões e de estudos. E quis colocar isso de uma maneira bem-humorada, sem ignorar o assunto, que me parece grave. A Conselheira Suzanna Sampaio tocou no ponto certo. Temos cidades como Diamantina e Ouro Preto, inscritas como Patrimônio da Humanidade, que sofreram

muito no último Carnaval. Diamantina recebeu mais de 30 mil pessoas, número superior à sua população, durante o período de quase uma semana. É uma agressão tremenda à cidade, são necessários meses para recuperar os danos. Ouro Preto também sofreu bastante. Há discussões sobre o que fazer nesses períodos. Ninguém pensa em suspender o Carnaval, proibir o Carnaval, mas é preciso haver alguma organização, alguma disciplina, e é importante que o IPHAN possa dar a sua contribuição.” O Presidente concordou, qualificando tão grave quanto essa questão, também em Diamantina, em Ouro Preto, no Pelourinho, em Pirenópolis, em Goiás, a invasão dos sítios históricos por ônibus de turismo, carretas e caminhões de empresas distribuidoras de alimentos e bebidas. O Conselheiro Luiz Viana Queiroz indagou se, além da manifestação de cidadãos, havia algum ato concreto, em nível municipal ou estadual, visando a proteção do conjunto. Observou que transparece no processo a grande preocupação dos técnicos do IPHAN com a posição das autoridades municipais, que teriam permitido o Carnaval em circuito danoso aos monumentos que se pretende proteger. Então o tombamento federal, além dos aspectos de restrição da propriedade destacados pelo Conselheiro Relator, viria conscientizar todos os cidadãos e as autoridades municipais da necessidade de rever as situações de risco para o patrimônio local. O Conselheiro Angelo Oswaldo tomou a palavra para as seguintes observações: “A Rua Coronel Alexanzito é a que apresenta maior dificuldade; ela conduz à praça onde está situado o prédio da Antiga Câmara e Cadeia, que também pode ser atingido. Já houve reuniões sobre isso, pelo que fomos informados, com a possibilidade de ser delimitada uma outra área e até estabelecido um novo trajeto para os fios elétricos. É uma coisa que pode ser feita, é uma providência local, porque é uma questão ligada à circulação de veículos, ao trânsito da cidade. Mas, considero o tombamento federal como um reforço às providências das autoridades locais, um momento de esclarecimento, um momento consensual, em que todos perceberão a necessidade de mudanças de comportamento e de atitude, uma vez que a cidade agora detém um título, tem uma outra condição, é um bem patrimonial e está sob uma proteção especial que

começa a ser exercida pelos próprios cidadãos e pela municipalidade.” O Presidente concedeu a palavra ao Superintendente da 4ª SR/IPHAN, Romeu Duarte Júnior, para os seguintes esclarecimentos: “Muito boa tarde a todos. Esse nosso trabalho, como afirmou o Conselheiro Angelo Oswaldo, se desenvolve há 26 anos. É preciso também informar que, para ser realizado, contou com o apoio muito decidido do Curso de Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, daí a riqueza de informações, inventários, desenhos, fotografias. Com relação ao Carnaval, tivemos várias reuniões com as autoridades municipais. O Dr. José Hamilton Saraiva Barbosa está aqui presente e pode testemunhar o nosso diálogo visando a transferência do desfile dos trios elétricos para outro local. A cidade tem quatro vias que se estendem ao longo da cidade, decorrentes do desenho pombalino. A Rua Coronel Alexanzito é a antiga Rua Grande, mas existe uma outra, a Rua Coronel Pompeu que, apesar de possuir alguns edifícios importantes, arrolados no processo, tem perfeita condição para a circulação dos trios. Aracati apresenta ainda uma característica bastante interessante. Além do desfile dos trios, há o Carnaval tradicional - o Carnaval dos caboclinhos, daqueles que se travestem de índios, dos bonecos gigantes e uma série de outros grupos de folguedos, de brincantes - que teria sua presença garantida dentro do Centro Histórico sem trazer qualquer tipo de problema. Esse, que é um dos quatro maiores carnavais de praia do Brasil, chega a trazer 300 mil pessoas para uma cidade que tem 30 mil moradores, e pode perfeitamente ser realizado sem dano nenhum para o sítio histórico, uma vez que haja, como já foi acertado com a própria Prefeitura, a transferência dos trios para outro lugar. Esta providência já está perfeitamente incorporada à política municipal.” O Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Lúcio Alcântara para a seguinte manifestação: “Já que o Prefeito vai falar, farei uma pequena intervenção. O risco do Patrimônio é permanente. O Carnaval dá visibilidade ao risco, então algumas pessoas da comunidade interessadas na questão do Patrimônio se mobilizaram para que, nesse período, quando certamente o risco aumenta, houvesse alguma providência no sentido de atenuá-lo. De reuniões, que tenho acompanhado, com a presença do Ministério

Público, de pessoas da comunidade e do Prefeito, resultou um arranjo, que realmente diminui a pressão sobre a cidade nessa época. Com isso, creio que o problema está razoavelmente equacionado, porque foram adotadas providências de natureza urbanística para permitir o deslocamento dessas comemorações, liberando a área nobre da cidade, do ponto de vista do Patrimônio.” O Presidente passou a palavra ao Dr. José Hamilton Saraiva Barbosa, Prefeito de Aracati, para o seguinte pronunciamento: “Gostaria de cumprimentar o Presidente, Doutor Carlos Heck, e todos os membros do Conselho através do Senador Lúcio Alcântara, do nosso Estado do Ceará, e dizer que Aracati, há mais de 20 anos, luta por esse tombamento definitivo. Assumimos o Município há três anos, já tivemos diversas reuniões na Superintendência do IPHAN com o Dr. Romeu Duarte, a Dr^a Célia Perdigão e a Dr^a Olga Gomes de Paiva, e conhecemos o problema. O Carnaval é, para o povo aracatiense, uma fase de grande importância econômica. São 300 mil visitantes que trazem renda para o Município. Mas a nossa administração, voltada para a preservação do nosso Patrimônio, que considero o maior patrimônio histórico do Estado do Ceará, sem prejuízo do seu potencial turístico, adotou diversas providências. Em maio, será inaugurada na Avenida Coronel Alexanzito iluminação moderna e asfaltamento. O Carnaval do próximo ano será realizado na Coronel Pompeu e na nossa Avenida Coronel Alexanzito. Nesta última, carinhosamente conhecida como Rua Grande, permanecerá o Carnaval dos blocos antigos, dos blocos tradicionais, dos foliões, dos blocos dos sujos. É essa notícia que eu queria dar. Enquanto Prefeito, estaremos lutando e fazendo também a parte de conscientização da população. Quero convidar a todos, dentro das suas possibilidades, para a grande festa do tombamento definitivo da cidade de Aracati.” O Presidente agradeceu a presença do Prefeito de Aracati, destacando a importância de ser ouvida, por seu intermediário, a população da cidade, circunstância que conferiu ao debate uma amplitude democrática ideal, e passou a palavra ao Superintendente Romeu Duarte para a seguinte ponderação: “Com relação à proteção de outra instância de poder, é também importante que se diga que o Estado do Ceará,

através da sua Secretaria de Cultura, tem um bem tombado na Cidade, o Museu Jaguaribano, que está arrolado no processo. A Secretaria de Cultura participa da Diretoria do Museu Jaguaribano, auxiliando a manutenção do seu acervo que reúne numerosas informações sobre essa importante região do Estado. Estamos trabalhando juntamente com a Secretaria de Cultura do Estado para, em parceria, realizarmos o restauro desse edifício, que é um dos mais belos sobrados do Estado do Ceará.”

Concluídos os debates, o Presidente colocou em votação o tombamento do **Conjunto Arquitetônico e Paisagístico na Cidade de Aracati, CE**, aprovado, por unanimidade, nos termos do parecer do Conselheiro Relator. Prosseguindo, o Presidente, após assinalar a presença do Superintendente da 11ª SR/IPHAN, arquiteto Dalmo Vieira Filho, concedeu a palavra ao Conselheiro Luiz Fernando Dias Duarte para apresentar seu parecer sobre a proposta de tombamento do **Sítio Arqueológico e Paisagístico da Ilha do Campeche**, no litoral de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. O Conselheiro Relator externou a sua satisfação em receber esse encargo para, na condição de antropólogo e membro do Conselho Consultivo, tratar de matéria que tem um componente arqueológico fundamental, sobretudo no momento em que a Professora Maria Beltrão deixou o Conselho Consultivo. Solidarizou-se com todas as manifestações de elogio ao trabalho dos Conselheiros que se afastaram, e de regozijo pela excelência, pelo perfil profissional dos que passaram a constituir aquele Colegiado. Leu, então, o seu relatório do Processo 1.426-T-98, - proposta de tombamento do **Sítio Arqueológico e Paisagístico da Ilha do Campeche**, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, transcrito a seguir: “ O presente processo foi constituído por iniciativa da 11ª SR/IPHAN (SC) em 24 de junho de 1998. O pedido de tombamento - em caráter emergencial, para que se possa ‘controlar processos de especulação financeira e degradação patrimonial em curso’ - visa garantir a melhor preservação do que se supõe constituir, entre outras qualidades patrimoniais, o ‘maior conjunto de inscrições rupestres do litoral brasileiro’. A abertura do processo de

tombamento foi formalizada em 27 de julho de 1998, tendo sido realizadas as necessárias comunicações de proteção especial a autoridades e instituições civis envolvidas na posse e uso da área. O objeto do processo é uma ilha ao largo da costa do Estado de Santa Catarina, com cerca de 500.000 m², de propriedade da União, dotada de qualidades naturais e paisagísticas notáveis, bastante bem preservadas (até o momento), e de um importante acervo arqueológico, sobretudo pré-histórico. A ilha é fartamente coberta por formações da Mata Atlântica (floresta ombrófila densa e vegetação pioneira de restinga e de costões rochosos) e apresenta afloramentos rochosos de grande impacto visual onde se encontram oito conjuntos de inscrições e numerosos vestígios de oficinas líticas (num total de 167 petroglifos), de grande antigüidade, atribuíveis às populações pré-históricas que ocuparam o litoral Sul do País. Há ainda um sítio arqueológico pré-histórico do tipo sambaqui e outro histórico, com os vestígios dos tanques de óleo de baleia de uma antiga armação vizinha. Todo esse patrimônio se encontra comprovadamente ameaçado pela ação de um fluxo de turismo crescente, proveniente da vizinha Ilha de Santa Catarina, apesar de incipientes tentativas de orientação preservacionista de uma instituição civil dedicada à área. Os pareceres técnicos do pessoal do IPHAN (ou por eles encomendados a especialistas externos) - unânimes em recomendar o tombamento federal - recomendam-no, em alguns casos, como recurso suplementar de defesa da integridade desse precioso acervo. Como se ressalta, o caráter da proteção arqueológica decorrente da Lei 3.924/61, de que poderiam se beneficiar os importantes sítios e testemunhos citados, seria insuficiente no caso em questão, em que as próprias características naturais representam uma ameaça à integridade do patrimônio arqueológico, pelo seu fascínio visual e impossibilidade de isolamento. Com efeito, a característica de ser uma ilha que abriga testemunhos arqueológicos disseminados em toda sua área é, no momento, um fator de intensificação da destruição antrópica, pela impossibilidade de cercamento dos sítios. Poderá vir a ser, porém, um fator de melhor conservação, caso seja acolhida a proposta de tombamento de toda a ilha, integrando o patrimônio histórico, artístico e arqueológico ao

patrimônio natural e paisagístico, em uma preciosa demonstração da consciência da necessidade de proceder - sempre que possível - a uma preservação entranhada, holista, em que se leve em conta o conjunto de fatores e valores envolvidos. Como bem ressalta o parecer da arqueóloga do DEPROT, Regina Coeli Pinheiro da Silva, o argumento formal fundamental para o tombamento do patrimônio arqueológico não pode ser, porém, o da maior garantia de preservação (que se chocaria com a claríssima letra e intenção do legislador de 1961) mas sim o da excepcionalidade do sítio em questão - que é, por outro lado, claramente atestada. O tombamento em questão certamente reafirmaria, por outro lado, a consciência da responsabilidade do IPHAN pelo patrimônio arqueológico - particularmente pré-histórico -, do país; uma vez que o Instituto tem certamente agido com mais intensidade na proteção dos bens de valor arquitetônico. O fato de não termos abrigado em nosso território culturas de 'civilização' com vestígios arquitetônicos imponentes não diminui - pelo contrário, enfatiza - a necessidade de atentar para a preservação dos testemunhos das culturas consideradas de pequena escala que ocuparam e interferiram durante milênios no espaço geográfico em que ora vivemos. A arqueologia nacional passa por um processo de grande amadurecimento, afinado com as novas perspectivas internacionais da própria disciplina, além da antropologia física, da paleontologia humana e da antropologia cultural - que colocam em questão, por exemplo, as teorias estabelecidas sobre a ocupação primitiva das Américas e especulam sobre uma insuspeitada influência de sua intervenção cultural sobre as formações botânicas consideradas 'naturais' (no caso da floresta amazônica notadamente). O acervo da Ilha do Campeche é uma preciosa fonte de informação sobre esses processos culturais milenares e a pesquisa dedicada e minuciosa que o caráter insular, autocontido, da área propiciará certamente virá a iluminar graves questões da expansão e diversificação cultural da espécie humana. É ainda mais do que isso, porém, um magnífico caso de patrimônio 'artístico' a ser preservado. Embora seja temerário aplicar linearmente a categoria ocidental de 'arte' a qualquer manifestação humana oriunda de outras culturas, é

inevitável reconhecer que as inscrições rupestres do Campeche testemunham e expressam esse ‘a mais’ em relação às atividades de reprodução e subsistência que sempre representa o mais propriamente humano do humano: a expressão simbólica, religiosa, filosófica, científica, artística, do ‘valor’ que se acrescenta e ultrapassa as coisas imediatas. A pedra inscrita é a pedra transfigurada, transcendentalizada, ‘estetizada’ segundo os cânones de linguagem e crença desses nossos longínquos antepassados. Sou, por todos esses motivos, convencidamente favorável ao tombamento da área em questão; o que proponho aos companheiros do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional venha a ser feito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, com a denominação de ‘Sítio Arqueológico e Paisagístico da Ilha do Campeche, Florianópolis, Santa Catarina.’ Luiz Fernando Dias Duarte. Museu Nacional, 16 de março de 2000.” O Presidente agradeceu e concedeu a palavra à Conselheira Suzanna Sampaio para a seguinte intervenção: “Eu quero declarar meu voto em favor desse tombamento, porque se ele não é o único sítio do litoral brasileiro a apresentar uma arqueologia pré-histórica, é sem dúvida o maior sítio de gravações pré-históricas. As pinturas são muito mais usuais, haja vista o tesouro existente na Serra da Capivara, que não está no litoral e por isso não é comparável, embora seja um tesouro mundial. Quero elogiar esse estudo, porque conheço pessoalmente Campeche e acho que esse grafismo, qualificado, com temor, de artístico, é sem dúvida nenhuma um enorme potencial para estudo do Patrimônio Imaterial, uma vez que são técnicas referentes a rituais, ali simbolicamente expressos de forma geométrica. Então eu estou muito contente em participar desta sessão em que se tomba este bem.” O Conselheiro Luiz Viana Queiroz pediu a palavra para fazer a seguinte solicitação: “Queria um esclarecimento do Relator. Eu ouvi atentamente o relato. Penso que houve um momento específico no qual foi feita uma distinção entre a proteção arqueológica propriamente dita, que decorre de legislação específica e não do tombamento, e a necessidade do tombamento, que resultaria, não do valor arqueológico, mas sim da excepcionalidade do sítio em questão. Essa excepcionalidade, Vossa Senhoria tentou

caracterizar como artística, com o cuidado de colocar entre aspas, e pelo valor paisagístico. Então, não haveria necessidade do tombamento pelo valor arqueológico, porque existe proteção legal, mas haveria sim a necessidade de uma proteção via tombamento, pela excepcionalidade do valor artístico e do valor paisagístico.” O Conselheiro Luís Fernando tomou a palavra para os seguintes esclarecimentos: “ Não, na verdade, a excepcionalidade é conjugada. É tanto da dimensão arqueológica, quanto paisagística e artística. Não se trata de dizer que não haja excepcionalidade na dimensão arqueológica. Ela também existe, o sítio é também excepcional, como sublinhava há pouco a Conselheira Suzanna Sampaio. É o maior conjunto articulado de inscrições desse tipo, inscrições em pedra, petroglifos, no Brasil, na costa brasileira, particularmente no sul do Brasil. E, além do mais, há essa dimensão paisagística, dimensão estética, enfim, artística. O que eu queria sublinhar com a questão da excepcionalidade é que, às vezes, a comunidade arqueológica se ressentem um pouco de que se procure defender realmente o patrimônio arqueológico através do tombamento, quando a legislação, se fosse bem aplicada, deveria ser suficiente para defendê-lo. Não se trata disso, não se trata de usar o tombamento como um recurso de efetiva proteção, porque significaria que a lei não é suficiente. O tombamento, neste caso, se dá pela excepcionalidade do sítio em questão, pelas características arqueológicas, paisagísticas e artísticas, mas não pelo fato de ser apenas um sítio arqueológico, pois estaria protegido, acobertado pela legislação de 1961.” O Presidente concedeu a palavra ao Superintendente da 11ª SR/IPHAN, arquiteto Dalmo Vieira Filho, para o pronunciamento transcrito a seguir: “Gostaria de cumprimentar Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e o seu Presidente, falar da nossa satisfação com relação a esse tombamento, cumprimentar o Relator pelo brilhantismo do seu parecer e, apenas, reforçar alguns pontos. Nós temos em Santa Catarina uma especificidade no que se refere às inscrições rupestres que, segundo os arqueólogos, configuram o que se denomina *tradição litorânea catarinense*. Essas inscrições ficam a 20 quilômetros de distância, todas ligadas ao mar, voltadas para o mar. Fazem pensar, segundo o

arqueólogo André Prous, em manifestações de civilização relacionada profundamente com o mar. Reitero o nosso contentamento e destaco a oportunidade de estarmos reconhecendo o valor de brasileiros tão antigos, no momento em que se comemora os 500 anos do Descobrimento do Brasil. Obrigado.” Concluídos os debates, o Presidente colocou em votação o tombamento do **Sítio Arqueológico e Paisagístico da Ilha do Campeche**, no litoral de Florianópolis, SC., aprovado por unanimidade. Prosseguindo, o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Nestor Goulart para apresentar seu relatório sobre a proposta de tombamento do **Estádio Mario Filho, conhecido como Estádio Maracanã**, contida no Processo nº 1.094-T-83, transcrito a seguir: “O processo tem origem em 1983, por proposta do Prof. Marcos Vinícios Vilaça, Secretário da Cultura do então Ministério de Educação e Cultura. Considerando o ineditismo do assunto, foi desenvolvida no IPHAN a etapa preliminar de uma pesquisa sobre os grandes estádios do Brasil, cujos resultados, mesmo incompletos, oferecem subsídios para uma avaliação da importância do Maracanã. Com data de 14/03/84 há um conjunto de informações técnicas sobre o projeto. Com data de 04/02/97, há um parecer de Adler Homero Fonseca de Castro e Regina Coeli Pinheiro da Silva, propondo um perímetro para tombamento incluindo outros prédios, além do estádio, e outro, da mesma data, recomendando o tombamento, com registro nos livros de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Histórico e de Belas Artes. Outro parecer, de 06/02/97, da Arq. Claudia M. Girão Barroso, chefe da Divisão de Proteção Legal, propõe a preservação do Maracanã como patrimônio histórico e artístico nacional, com o perímetro indicado na ficha técnica da folha seguinte. Os aspectos jurídicos foram verificados em parecer da PROJUR, de 28/12/97, assinado por Tereza Beatriz da Rosa Miguel, destacando que, sendo o imóvel estadual, inadmite-se no caso o oferecimento de impugnação ao tombamento, cabendo apenas notificação para conhecimento dos efeitos produzidos pelo ato de tombamento. O exame da documentação apontada apenas confirma o que é de conhecimento público: a extraordinária monumentalidade do estádio Mário Filho e seu valor simbólico para a quase totalidade do

povo brasileiro, de todas as regiões e não apenas para os habitantes do Rio de Janeiro. O Urbanismo e a Arquitetura (sobretudo as obras de uso coletivo) têm uma dimensão simbólica, que ultrapassa os limites dos aspectos utilitários. Mas poucas vezes a monumentalidade reúne qualidades simbólicas de caráter democrático. Em geral, as obras monumentais são afirmações de poder sobre o povo. Neste caso, ocorre o contrário. O Maracanã tem a monumentalidade da massa que o utiliza, a qual representa. Não deve ser descaracterizado. No Brasil, dada a fragilidade das instituições democráticas e da cidadania, é comum os monumentos e espaços de uso popular serem abandonados e descaracterizados. A dimensão simbólica das grandes obras e dos grandes espaços de uso popular e a manutenção de um nível elevado de qualidade nessas obras e nesses espaços é um objetivo cultural relevante. Manifesto-me pela aprovação, congratulando-me com o povo do Rio de Janeiro pelo valor simbólico de seus monumentos. É o parecer. São Paulo, 12 de Abril de 2000. Prof. Dr. Nestor Goulart Reis Filho.” O Conselheiro Relator apresentou ainda os seguintes comentários: “Achei desnecessário registrar no parecer que, desde o início do processo, me pareceu haver uma certa, digamos, insegurança na definição da natureza do tombamento pela peculiaridade do bem a ser tombado. Daí porque se propôs uma pesquisa sobre os edifícios da mesma espécie, no Brasil. Visivelmente, os pareceristas do IPHAN hesitavam em fundamentar a proposta de modo que ficassem descaracterizadas as bases do próprio processo de tombamento. Ou seja, evitavam utilizar o instituto do tombamento de forma que o pudessem comprometer, a partir deste caso. É uma opinião, posso estar errado. Daí o cuidado muito grande em procurar um caminho que fosse coerente, inclusive na escolha entre as duas propostas existentes: uma de tombamento como patrimônio histórico e artístico, outra como patrimônio arqueológico, etnográfico e paisagístico, fundamentando objetivamente essa proposta. E eu estava um pouco angustiado. Projetei a minha insegurança na leitura, ou constatei que a situação era semelhante, desde o parecer da arquiteta Dora Alcântara e da evidente preocupação em pesquisar. E, ao cabo, cheguei a esta conclusão clara: o

Maracanã é como o Coliseu. Ele não é preservado pela sua estética, nos dias que correm, mas pelo fato de simbolizar exatamente o espaço de reunião pública de um povo. Penso que esta é a dimensão cultural desse tipo de monumento. Passamos o nosso tempo, freqüentemente, em linha tradicionalista, tombando os edifícios monumentais que são representativos dos poderosos do país. Creio que este é um espaço com uma extraordinária felicidade na sua concepção, de forma que mesmo os que moram no Rio de Janeiro consideram esse edifício um símbolo da alegria do povo brasileiro.” O Presidente deu início aos debates concedendo a palavra ao Conselheiro Joaquim Falcão para o seguinte comunicado: “Senhor Presidente, tive a honra de receber esse processo para relatar, no ano passado, o que teria feito com muito orgulho. Ocorre que a Fundação Roberto Marinho foi convidada pelo Governo do Estado a dar uma contribuição no projeto de reforma que está em curso no Maracanã. Portanto, me julguei impedido, por essa vinculação. Gostaria de reiterar que, nesta votação, me julgo impedido de participar, já que a instituição aonde trabalho, de alguma forma, está contribuindo com o Governo do Estado.” O Conselheiro Lúcio Alcântara pediu a palavra para a seguinte a seguinte observação: “Ouvi a leitura do parecer e, principalmente, os comentários posteriores do Conselheiro Nestor Goulart Filho, que tenho o privilégio de conhecer há bastante tempo. Evidentemente, ele mostrou a natureza especial desse imóvel, o que representa para o Brasil em termos da cultura, principalmente de cultura popular. Há poucos dias faleceu o Barbosa, o goleiro de 1950, abandonado lá em Praia Grande. Segundo a imprensa, ele teria dito que a memória brasileira, em geral muito fraca, por muito tempo atribuiu-lhe o papel de grande vilão daquela tarde fatídica, do silêncio de chumbo que caiu sobre o Maracanã. Eu tinha conhecimento de que estão sendo planejadas ou estão em andamento obras, reformas que, de certa maneira, vão modificar, alterar, acho que até a capacidade do estádio. Pergunto quais são as conseqüências práticas sobre essas obras, se o tombamento vier a ser aprovado.” O Conselheiro Nestor Goulart tomou a palavra para a seguinte intervenção: “Antes de responder, gostaria de saudar os novos Conselheiros na pessoa

do Senador Lúcio Alcântara e registrar que, hoje, pelo menos do meu ponto de vista, muito particular, não tombamos o principal patrimônio do Ceará, que são os amigos cearenses, e isso para mim é incontornável. Existe uma informação no processo, é um parecer técnico resultante de uma vistoria, opinando que o uso das cores da bandeira nacional, nas cadeiras, não altera fundamentalmente o sentido do monumento, porque essas cores desaparecem quando as pessoas estão sentadas. Seria portanto irrelevante do ponto de vista da preservação. Em segundo lugar, a redução da capacidade pela colocação de assentos, provavelmente corresponde a medida de ordem geral para os estádios no Brasil: não abusar das estruturas e aumentar a segurança. Assim, a redução da capacidade não pode ser vista como negativa aos meus olhos, e eu concordei com a informação. Pelo que estava escrito e nas fotografias que ilustram o processo, não haveria nenhuma descaracterização fundamental. A única que me surpreendeu, de início, foi a cor das cadeiras e, no próprio processo, foi considerada irrelevante. Realmente, o grande cenário é o do estádio em uso, quando as pessoas estão lá vibrando, é o que consta do processo, eu não fui verificar *in loco*". O Presidente concedeu a palavra ao arquiteto José Simões de Belmont Pessoa, Superintendente da 6ª SR/IPHAN, para os seguintes esclarecimentos: "Existem estudos, ainda não apresentados como projeto, que conhecemos informalmente. São propostas absolutamente essenciais, relativas à segurança, ao maior conforto para os usuários, principalmente no acesso ao estádio. Existem diversas questões consideradas fundamentais. A FIFA, atualmente, estabelece uma série de regras para que os estádios possam ser utilizados em competições internacionais. Uma delas é a supressão da geral. Penso que o tombamento do Maracanã não pode excluir a *geral*, considerando-se o seu significado para cultura brasileira. Esse mesmo entendimento consta dos estudos que me foram apresentados. Neles, estão propostas instalações provisórias para as competições internacionais. Nessas ocasiões, um sistema de palcos cobriria a geral. Mas, nas competições nacionais a geral continuaria. As obras previstas tem esse sentido, embora não tenham sido ainda

formalmente apresentadas ao IPHAN. Uma questão que considero essencial enfatizar, e resolve um pouco nossas apreensões nesses anos todos, como bem percebeu o Conselheiro Nestor Goulart, é o enfoque etnográfico do tombamento. O fundamental do Maracanã não é a obra de arquitetura, mas o cenário desse grande conagraçamento. Penso sempre no brilhante trabalho de Carlos Niemeyer no Canal 100, provavelmente as imagens mais bonitas do cinema brasileiro. O que desejamos preservar é esse cenário, nesse sentido há a preocupação do tombamento etnográfico.” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Nestor Goulart para as seguintes considerações: “Eu estou entendendo que, com o tombamento, esses projetos serão submetidos ao IPHAN. É indiscutível que algumas medidas de segurança precisam ser adotadas. Vilanova Artigas levou anos amargurado por causa de um acidente no Estádio do Morumbi, em que 10 ou 12 pessoas caíram da rampa de saída e morreram.” O Presidente observou que não há conflito. O estádio do Pacaembu, que seria o primeiro Maracanã, perdeu o seu valor como maior estádio, mas é tombado pelo Estado de São Paulo. Qualquer proposta de intervenção é analisada pelo CONDEPHAAT, que aprova ou recusa. O IPHAN trabalha nesse mesmo caminho. A partir do tombamento, qualquer interferência no conjunto deverá ser submetida à instituição, que tem o dever de opinar e de fiscalizar a sua eventual execução. O Conselheiro Angelo Oswaldo tomou a palavra para enfatizar o exemplo desse tombamento, que não visa o imobilismo nem o congelamento do bem. O Conselheiro Luiz Viana pediu a palavra para a seguinte intervenção: “Eu queria solicitar um esclarecimento ao ilustre Relator, porque também penso que é extremamente útil esse tombamento, como disse o Conselheiro Angelo Oswaldo, no sentido de não considerá-lo um instituto que imobiliza e congela os monumentos. É uma questão de bom senso admitir que o tombamento de um estádio de futebol não impedirá inovações tecnológicas para maior segurança dos freqüentadores. Mas quero fazer uma provocação. Vamos tomar o Maracanã em nome da preservação do cenário, como disse o Superintendente, e no seu brilhante parecer o Relator coloca o conceito fascinante da *monumentalidade da massa*. O

que o diferencia esse cenário de outros estádios, Brasil afora, que servem de palco para outras torcidas ? O que diferencia esse cenário do Maracanã, para que ele demande um tombamento federal?” O Conselheiro Nestor Goulart tomou a palavra para as seguintes justificativas: “Não só por ser o maior, mas por guardar a memória de fatos importantes para todos os brasileiros: o jogo de 1950, o milésimo gol de Pelé. Gostaria de dar um depoimento, de esclarecer um detalhe. Eu insisti no sentido simbólico do monumento, que traduz o modo pelo qual o poder público trata o povo. Esta é a questão, para mim, central. É um monumento construído para afirmação do povo. Então, neste sentido, como paulista, faço questão do tombamento. Agora, eu ficaria indignado se os cariocas resolvessem tombar o minhocão, em São Paulo. São duas maneiras bem distintas e opostas de tratar o povo. Uma de destruir praticamente a cidade, a outra de criar grandes espaços para o povo. São duas linhas de poder absolutamente opostas. Neste sentido, considero que este estádio representa o povo brasileiro, não só os cariocas.” O Presidente cumprimentou o Relator e passou a palavra ao Conselheiro Marcos Vilaça para o seguinte pronunciamento: “Como o Conselheiro Joaquim Falcão, também admiti declarar o meu impedimento nessa matéria, por ter sido eu, inicialmente, o autor da proposição, em 1983. Mas já estou ficando velho, semiprovento e, mais do que isso, sofrido. Hoje carrego comigo *a saudade como a asa de dor do sentimento*, na definição do poeta Da Costa e Silva. Não tenho mais cerimônias, perdi esses exercícios de reserva. Penso até que, se fizesse uma declaração de voto pelo impedimento estaria cometendo uma hipocrisia com os companheiros, e eu não tenho o direito de fazer uma hipocrisia com este Conselho. Quero dizer o contrário, que voto por coerência e voto muito satisfeito, porque no meu tempo, sentado na outra extremidade desta mesa, consegui dar curso a idéias herdadas do meu conterrâneo Aloísio Magalhães, a outras anteriores às dele, para que o patrimônio histórico não fosse o patrimônio do rico, do esplendor do barroco, da pedra-e-cal. E este merece, merece muito, é uma apoteose do orgulho brasileiro. Mas nós cuidamos de outros patrimônios igualmente importantes. Foi por isso que tive a felicidade

extrema de, com os companheiros, técnicos do Patrimônio Histórico, em um gesto de coronelismo eleitoral, com esse meu vício de pernambucano acoronelado cultivado em colégio de Jesuítas, na hora da votação no Conselho, aprovar o tombamento do primeiro monumento da cultura afro, no Brasil. Isso se realizou em reunião memorável, na Bahia, e se tombou o Terreiro da Casa Branca. Mas eu não me satisfazia ainda, porque a epopéia, o fenômeno extraordinário de emoção que existe no episódio das secas periódicas do Nordeste precisava também de algum testemunho dentro do acervo de bens tombados por este Serviço do Patrimônio, que desse notícia do significado da luta ingente do meu povo, da minha região, com o problema da seca. Tombamos o Açude do Cedro, no Ceará. Mas me faltava ainda uma vila operária. Precisávamos ter o tombamento de uma vila operária. Foi feito o tombamento da **Avenida Modelo**, no Rio de Janeiro. Restou-nos algumas coisas no plano da UNESCO. O infortúnio não deu tempo a Aloísio de concluir o *dossier* para inscrição de Olinda na Lista do Patrimônio Mundial. Foi terminado por mim, meramente assinando embaixo do que ele havia feito. Mas promovemos a inscrição, na mesma Lista, de remanescentes das Reduções Jesuíticas das Missões, exemplo de experiência socialista pré-Marx, e encaminhamos proposta de inscrição do Parque Nacional do Iguaçu. Outros bens, que examinamos naquela oportunidade, tive a alegria de ver inscritos, por intervenção de alguns sucessores meus. Esses sim ilustres, sentados aqui e agora neste Conselho, contribuíram muito mais para dar ao Patrimônio essa idéia da convergência brasileira. Mas faltava este. Faltava este Maracanã. Porque eu não conheço nenhum cenário brasileiro onde haja interação entre ator e platéia igual a que existe no Maracanã. A explosão da brasilidade, da graça brasileira, da santa molecagem brasileira acontece no campo e fora do campo, com uma interação extraordinária. Eu não conheço melhor qualificação para esse local de apoteose democrática que a expressão encontrada pelo Conselheiro Nestor Goulart: monumentalidade da massa. Os *geraldinos*, esses que freqüentam a geral são chamados *os geraldinos*, podem ser analisados na ensaística sociológica brasileira a partir do Maracanã. É sentar no Maracanã e ter toda uma gama de

avaliações, de reflexões sob o ponto de vista de sociologia e até de política. O temor dos Chefes de Estado ao Maracanã era enorme. No dizer de um especialista em Maracanã, davam vaia até em minuto de silêncio. Existem livros sobre Garrincha, sobre João Saldanha, sobre teorias do negro no futebol, e, para não perder a minha pernambucanidade, cito os estudos admiráveis de Gilberto Freyre sobre o que existe de dionisíaco no futebol brasileiro, em contraposição ao apolíneo do futebol europeu. Esses aspectos estão embutidos nesse processo de avaliação do Maracanã, e eu queria trazer meus cumprimentos aos técnicos e dizer que assinarei o endosso ao excelente parecer do Professor Nestor Goulart. Muito obrigado.” O Presidente fez, então, o seguinte pronunciamento: “Conselheiro, vou tomar a liberdade, como Presidente desta reunião, em nome dos Conselheiros, de cumprimentá-lo pelo que disse. Acabei de ouvir aqui uma aula e uma declaração de voto das mais qualificadas a respeito de um trabalho em defesa do tombamento de um monumento da cultura brasileira. Vossa Senhoria colocou, de forma clara e inteligente, algo que vem me preocupando em relação ao Conselho. Acho que falei *en passant*, e vou reafirmar aqui as minhas preocupações relativas a uma nova visão do tombamento - em termos da evolução das cidades, sem perder a metodologia dos pioneiros e dos heróis - e a intenção de trazer essa questão para dentro do Conselho, explorar a inteligência dos Conselheiros para nos orientarem em relação ao que virá. É claro que o relato de processo é uma peça de inteligência que fica registrada, mas eu gostaria que os Conselheiros participassem conosco da preocupação conceitual e teórica do que é tombamento na modernidade. Eu tenho dito a meus pares, na direção, e a meus superintendentes e funcionários, que o Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife, Curitiba, Belo Horizonte não são mais as cidades que eram na década de 40, e o tombamento induz a um tipo de urbanismo também, não é verdade? O Professor Nestor Goulart foi muito claro nessa questão hoje. Eu quero parabenizá-lo por essa manifestação e conto com a sua experiência e dos demais Conselheiros. Nós vamos encontrar maneiras de realizar esse trabalho, esse debate, independente da reunião mensal para deliberar

sobre propostas de tombamento. Essa é uma diretriz que está amadurecendo. A Diretoria de Promoção será a grande animadora dessa procura conceitual, irá estabelecer o projeto.” O Conselheiro Raul Henry pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Eu queria, apenas, anexar à minha declaração de voto em favor do parecer do Conselheiro Nestor Goulart um voto de confiança no bom senso do IPHAN, no Rio de Janeiro, para que não se impeça a implantação de novas tecnologias, de novos modelos de gestão, que possam trazer sustentabilidade a um bem tombado e restaurado, viabilizando, ao longo do tempo, a prestação de bons serviços à população. Infelizmente, às vezes, não conseguimos contar com essa sensibilidade e eu acho que é importante enfatizar esse aspecto aqui”. O Presidente tomou a palavra para assegurar que levará em conta essa preocupação do Conselheiro em qualquer nível e em qualquer região do Brasil. O Conselheiro Italo Campofiorito fez, então, o seguinte pronunciamento: “Duas palavras. Não são para o Professor Nestor Goulart, que o meu coração já votou favoravelmente há muito tempo. São para o Ministro Vilaça, na época Secretário da Cultura do MEC e eu Diretor do Patrimônio do Estado do Rio de Janeiro, quando surgiu a sua idéia. E de fato escandalizou muita gente. Mas o tempo passa rápido, o tempo cultural, o tempo civilizatório é, talvez, tão rápido quanto o tecnológico. E hoje nós estamos saudando com palmas o que foi um pouco duvidoso, no primeiro momento. Eu só queria me congratular com esse tombamento. Estou muito contente por ainda estar aqui e ter alcançado esse pulo que deu o Patrimônio, em termos de conceito e teoria.” O Presidente colocou em votação o tombamento do **Estádio Mário Filho, conhecido como Estádio Maracanã**, no Rio de Janeiro, RJ, e a delimitação do seu entorno, aprovados por maioria. Prosseguindo, submeteu ao Conselho os processos contendo propostas de tombamento que, por motivos diversos, mereceram parecer negativo do setor técnico do IPHAN. O Conselheiro Angelo Oswaldo pediu a palavra para apresentar as seguintes considerações: “Presidente, tenho algumas observações a fazer rapidamente. Em primeiro lugar, é muito interessante que o Departamento de

Proteção do IPHAN esteja procedendo a essa varredura nos processos de tombamento, analisando aqueles que ficaram parados no tempo, esquecidos e incompletos. Temos cerca de 1.400 processos de tombamento. Eu já acho isso muito pouco para uma atividade que vem sendo exercida desde 1938, quando se deram os primeiros tombamentos, as primeiras inscrições. Então são 62 anos e apenas 1.400 processos. E nós estamos verificando agora que esses 1.400, na verdade, devem ser uns 1.100, porque há muitos que estão inconclusos e devem dar baixa, como nessa relação de propostas de arquivamento, e, em alguns casos, poderemos lamentar. Exemplifico com o Processo nº 601-T-59 - Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Piranga, Minas Gerais. A igreja de Piranga, na verdade o nome primitivo era Guarapiranga, cidade ao sul de Ouro Preto e Mariana, foi a primeira Paróquia, a primeira Freguesia criada em Minas Gerais. Essa igreja era do meado do século XVIII. Foi demolida e em seu lugar construíram um disco voador, literalmente o projeto representa um disco voador. Os padres diziam que a igreja estava ruindo, mas depois tiveram que dinamitá-la, porque ela não caía. A parte de talha é atribuída a um anônimo muito importante desse período - segunda metade do século XVIII - que passou a ser conhecido como Mestre de Piranga. Na exposição do Barroco em Paris havia 3 peças suas. Hoje é disputado pelos grandes colecionadores e museus. Essas peças foram todas vendidas para financiar a construção da igreja nova, na década de 70. Se esse tombamento tivesse se consumado em 1959, ou nos anos 60, a igreja não teria sido demolida. Eu só estou fazendo um lamento, não há nada a fazer, só se pode lamentar. É uma pena que esse processo, aberto em 1959, tenha ficado paralisado permitindo a demolição da Igreja. Hoje é que se começa a ter uma consciência nacional de que o Mestre de Piranga foi realmente um escultor e um entalhador de grande importância. Como sugestão concreta, eu lembraria que há uma peça do Mestre de Piranga no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. É uma bela escultura de Santa Luzia. Há uma Nossa Senhora da Soledade no Museu Regional de São João del Rey, também do IPHAN. Dois museus do IPHAN têm peças do Mestre de Piranga. Seria interessante que se começasse, na Superintendência

Regional de Minas Gerais ou do próprio Departamento de Proteção, um estudo sobre esse grande escultor e santeiro do século XVIII, porque ele merece ser melhor conhecido e talvez até, quem sabe, seria uma coisa fantástica, identificado pelo nome.” O Conselheiro Luís Fernando pediu a palavra para a seguinte solicitação: “Eu gostaria de pedir um esclarecimento ao Senhor Presidente. Quando o Ministro fez referência ao fato de que já estava sendo encaminhada a regulamentação do Patrimônio Imaterial, eu me surpreendi, mas achei que tivesse perdido alguma sessão do Conselho. Tive a impressão, da última vez que discutimos isso, que estávamos em curso do exame da matéria e eu gostaria muito de ter discutido mais profundamente esse assunto.” O Presidente informou que houve um grupo de trabalho, houve a discussão no Conselho, e posteriormente o material foi enviado ao Ministério da Cultura, onde foi trabalhado. O Conselheiro Angelo Oswaldo pediu a palavra para o seguinte aparte: “O Conselheiro Luís Fernando tem razão. Havia uma expectativa de que o texto retornasse aqui. Na verdade, uma minuta do Conselheiro Joaquim Falcão, mas o assunto não voltou”. O Presidente prontificou-se a enviar aos Conselheiros o texto que estava sendo analisado, e colocou em votação a minuta da ata da 19ª reunião, aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Conselheiros e encerrou a sessão, da qual eu, Anna Maria Serpa Barroso, lavrei a presente ata, que assino com o Presidente e os demais membros do Conselho.


Carlos Henrique Heck


Anna Maria Serpa Barroso

Angela Gutierrez *Angela Gutierrez*

Angelo Oswaldo de Araújo Santos *Angelo Oswaldo de Araújo Santos*

Carlos Alberto Cerqueira Lemos *Carlos Alberto Cerqueira Lemos*

Italo Campofiorito *Italo Campofiorito*

Ivete Alves do Sacramento *Ivete Alves do Sacramento*

Joaquim de Arruda Facão Neto *Joaquim de Arruda Facão Neto*

Lúcio Alcântara *Lúcio Alcântara*

Luiz Fernando Dias Duarte *Luiz Fernando Dias Duarte*

Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrés *Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrés*

Luiz Viana Queiroz *Luiz Viana Queiroz*

Marcos Vinícios Vilaça *Marcos Vinícios Vilaça*

Nestor Goulart Reis Filho *Nestor Goulart Reis Filho*

Raul Jean Louis Henry Júnior

Suzanna do Amaral Cruz Sampaio *Suzanna do Amaral Cruz Sampaio*